

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ao
Poder Judiciário
Tribunal Superior do Trabalho
15ª Região/Campinas/SP
Pregão Eletrônico Nº 1146/2020(SRP)
UASG – 80011

A empresa Aremar Mix Comercio e Manutenções Eireli, CNPJ 34.455.724/0001-41 vem respeitosamente através de seu proprietário Sr. Reyson Teixeira Feliciano Azevedo, CPF 164.380.827-32 , apresentar seu recurso tempestivamente a sua inabilitação.

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, assepsia e instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo Split, nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em suas circunscrições, Sede Administrativa, Almoxarifado e Anexo Administrativo, incluindo fornecimento e instalação de peças e componentes comprovadamente novos, originais da marca do equipamento ou compatíveis, de primeira linha, conforme edital e anexos.

DOS FATOS

A empresa foi inabilitada pelo motivo: Os Atestados de Capacidade Técnica encaminhados não cumpriram com as disposições constantes do item 9.11.1.3. do edital.

Vejamos o que diz o item 9.11.1.3

9.11.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017

Então conforme o item mesmo diz : Ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução.

O Atestado de Capacidade Técnica apresentado da empresa Petrovera Derivados de Petróleo LTDA é datado de 01/11/2019 tendo o contrato iniciado em 26/08/2019 e a Licitação ocorreu em 09/11/2020. Portanto já havia decorrido um ano do início da sua execução.

Foi apresentado ao CREA-RJ através do e-mail atendimento.covid-19@crea-rj.org.br para Averbação do Atestado de Capacidade Técnica com atividade concluída, no dia 02/10/2020, pois no período não estava havendo atendimento ao público devido a Pandemia ,somente estão recebendo através de e-mail .

Pois bem o CREA devido a Pandemia está muito demoroso com prazos indefinido, vindo somente a nos entregar o Atestado de Capacidade Técnica no dia 08/12/2020 por e-mail com assinaturas digitais, o Atestado de Capacidade Técnica assinado em 28/08/2020 foi baixado pelo CREA-RJ em 02/09/2020 por CONCLUSÃO conforme consta na 1ª página da CAT COM REGISTRO DE ATESTADO 84393 /2020 ATIVIDADE CONCLUÍDA, vejamos que a data informada pelo CREA-RJ é anterior à data da Licitação. Conforme seguiu em anexo pelo e-mail licita@trt15.jus.br às 11:44 do dia 13/01/2021

O outro Atestado de Capacidade Técnica apresentado da empresa Prudência Engenharia ,Consultoria e Gestão Empresarial é datado de 10/09/2019 tendo o contrato iniciado em 20/08/2019 e a Licitação ocorreu em 09/11/2020. Portanto já havia decorrido também um ano do início da sua execução.

Apresentamos também ao CREA-RJ através do email atendimento.covid-19@crea-rj.org.br para Averbação do Atestado de Capacidade Técnica com atividade concluída no dia 15/09/2020, pois no período não estava havendo atendimento ao público devido a Pandemia ,somente estão recebendo através de e-mail .

Novamente o CREA devido a Pandemia como dissemos anteriormente está muito demoroso com prazos indefinido, vindo somente a nos entregar o Atestado de Capacidade Técnica no dia 17/12/2020 por e-mail com assinaturas digitais, o Atestado de Capacidade Técnica assinado em 24/08/2020 foi baixado pelo CREA-RJ também em 02/09/2020 por CONCLUSÃO conforme consta na 1ª página da CAT COM REGISTRO DE ATESTADO 87364 /2020 ATIVIDADE CONCLUÍDA, vejamos que a data informada pelo CREA-RJ também é anterior à data da Licitação. Conforme seguiu em anexo pelo e-mail licita@trt15.jus.br às 11:51 do dia 13/01/2021

DO PEDIDO

Conforme ficou demonstrada que nossos 02 Atestados apresentados já haviam período de mais de 1 ano após seu início e que já tínhamos dado entrada no CREA logo após a sua conclusão , devido a Pandemia é que houve atraso na entrega por parte do CREA , pois neles constam data de conclusão anteriormente à data da Licitação, solicitamos que essa renomada Equipe de Licitação volte atrás em sua decisão e declare a empresa Aremar Mix Comercio e Manutenções Eireli, CNPJ 34.455.724/0001-41, Habilitada para os Grupos 1,2,5 e 7 do Certame.

Nestes termos pede deferimento.

Campos Dos Goytacazes 13 de Janeiro de 2021

Atenciosamente

Reyson Teixeira Feliciano Azevedo
CPF 164.380.827-32
Proprietário

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

Trata-se de Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa AREMAR MIX COMÉRCIO E MANUTENÇÕES EIRELI, constante no documento n.º 100 deste Proad, contra decisão desta Pregoeira que declarou vencedora do certame em epígrafe, Grupos 1, 2, 5 e 7, as empresas PRÓ-SERVICE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E ESPECIALIZADOS LTDA (Grupos 1, 5 e 7) e STARTUP ENGENHARIA EM SISTEMAS TÉRMICOS E TRANSPORTES LTDA (Grupo 2).

DECISÃO

O Decreto n.º 10.024/2019, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns estabelece:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Em complemento, o Art. 17 determina que caberá ao pregoeiro, em especial:

"[...]

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

[...]"

Como visto acima, a verificação da conformidade da proposta ao instrumento convocatório é função inerente ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, sendo que a desclassificação das propostas em desacordo com o Edital deve ser procedida de forma objetiva e fundamentada.

Referente à desclassificação da empresa Aremar Mix, as cláusulas editalícias são claras e objetivas.

A Recorrente anexou dois Atestados de Capacidade Técnica no Sistema Comprasnet, conforme segue:

1 - ATESTADO EMITIDO PELA PETROVERA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 26/08/2019 a 25/08/2020. PORÉM, o ATESTADO FOI EMITIDO EM 01/11/2019, ou seja, APENAS POUCO MAIS DE DOIS MESES DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS; e

2 - ATESTADO EMITIDO PELA PRUDÊNCIA ENGENHARIA CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIA LTDA-ME - PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 20/08/2019 a 19/08/2020. PORÉM, o ATESTADO FOI EMITIDO EM 10/09/2019, ou seja, APENAS POUCO MAIS DE 20 DIAS DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Ambos os atestados não foram aceitos para fins de habilitação por não atendimento ao subitem 9.11.1.3 do edital, que dispõe: "SOMENTE SERÃO ACEITOS ATESTADOS EXPEDIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO CONTRATO OU SE DECORRIDO, PELO MENOS, UM ANO DO INÍCIO DE SUA EXECUÇÃO, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017."

OS ATESTADOS ACIMA MENCIONADOS NÃO FORAM EXPEDIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO CONTRATO. AS INFORMAÇÕES QUE CONSTAM NOS ATESTADOS SÃO CLARAS. AMBOS FORAM EXPEDIDOS ANTES DA CONCLUSÃO DO CONTRATO, cujas vigências eram de um ano para ambos, contrariamente à alegação da Recorrente, que afirma, EQUIVOCADAMENTE, que o atestado emitido pela Petrovera Derivados de Petróleo "é datado de 01/11/2019 tendo o contrato iniciado em 26/08/2019 e a Licitação ocorreu em 09/11/2020. Portanto já havia decorrido um ano do início da sua execução" e o atestado da Prudência Engenharia "é datado de 10/09/2019 tendo o contrato iniciado em 20/08/2019 e a Licitação ocorreu em 09/11/2020. Portanto já havia decorrido também um ano do início da sua execução."

Insta salientar, por oportuno, que A REDAÇÃO DESTA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA É DADA PELO ITEM 10.8 DO ANEXO VII-A DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP N.º 5/2017, que "dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão", e que este E. TRT adota por boas práticas.

A lei n.º 8.666/93, em seu art. Art. 3º explicita que a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos, dentre outros, o da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Referente à alegação das datas de averbação dos atestados "com atividade concluída" junto ao Crea-RJ, não cabe a este E. TRT arcar com a morosidade de outros órgãos na expedição de documentos, em consonância com o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, pois prevalece o interesse da coletividade, sendo esta uma das prerrogativas conferidas à administração pública. Não obstante, mister destacar que o item 9.11.1.1, letra a) do edital exige apresentação de atestado(s) de capacidade técnica. Porém, não exige seu registro no Crea.

Ademais, o item 5.1 do edital dispõe que "OS LICITANTES ENCAMINHARÃO, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA, concomitantemente com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO EDITAL, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, QUANDO, ENTÃO, ENCERRAR-SE-Á AUTOMATICAMENTE A ETAPA DE ENVIO DESSA DOCUMENTAÇÃO."

Por óbvio, não pode esta pregoeira aceitar os documentos enviados por e-mail, conforme informado pela Recorrente em suas razões recursais, nos seguintes dizeres: "conforme seguiu em anexo pelo e-mail licita@trt15.jus.br às 11:51 do dia 13/01/2021."

REITERE-SE que, referente ao quanto dispõe o subitem 5.1 citado acima, os atestados anexados pela Recorrente no Sistema Comprasnet foram o da Petrovera, cujo período de vigência do contrato consta 26/08/2019 a 25/08/2020, sendo que o atestado foi emitido em 01/11/2019; e o atestado da Prudência, cujo período de vigência do contrato consta 20/08/2019 a 19/08/2020, sendo que o atestado foi emitido em 10/09/2019.

Por todo exposto, depreende-se o acerto, a legalidade e a legitimidade da decisão atacada, que atendeu perfeitamente à lei e ao edital, razão pela qual esta Pregoeira não reconhece os motivos alegados pela querelante para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer do recurso interposto e, no mérito, manter sua decisão, em conformidade com o Decreto n.º 10.024/2019, Art. 17, Inciso VII.

Nesses termos, encaminho do Senhor Diretor-Geral, em conformidade com as disposições do art. 13º, inciso IV, do Decreto n.º 10.024/2019.

Ana Carolina dos Santos Ramos - Pregoeira
Ciente. De acordo. André Scatuzzi - Coordenador de Licitações Substituto

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

Vistos.

A empresa AREMAR MIX COMÉRCIO E MANUTENÇÕES EIRELI, licitante no presente certame, interpõe, tempestivamente, recurso administrativo (doc.100) pretendendo reverter sua desclassificação.

O objeto da licitação constitui-se na contratação de eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, assepsia e instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo Split, nas unidades deste E. TRT, em suas circunscrições, Sede Administrativa, Almoxarifado e Anexo Administrativo, incluindo fornecimento e instalação de peças e componentes.

A recorrente alega, em apertada síntese, que são válidos os Atestados Técnicos por ela oferecidos:

"o Atestado de Capacidade Técnica apresentado da empresa Petrovera Derivados de Petróleo LTDA é datado de 01/11/2019 tendo o contrato iniciado em 26/08/2019 e a Licitação ocorreu em 09/11/2020. Portanto já havia decorrido um ano do início da sua execução.(...)"

O outro Atestado de Capacidade Técnica apresentado da empresa Prudência Engenharia, Consultoria e Gestão Empresarial é datado de 10/09/2019 tendo o contrato iniciado em 20/08/2019 e a Licitação ocorreu em 09/11/2020. Portanto já havia decorrido também um ano do início da sua execução."

Também desenvolve argumentação relativa à tempestividade do registro no CREA dos indigitados atestados, atribuindo morosidade à referida autarquia.

As Empresas Pró-service Serviços Profissionais e Especializados Ltda e Startup Engenharia em Sistemas Térmicos e Transportes Ltda não apresentaram contrarrazões.

A Pregoeira responsável pela condução do certame, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do Decreto n.º 10.024/20, recebeu o recurso administrativo interposto e, após examiná-lo, manteve a decisão (doc.101).

Relatados.

A empresa recorrente afronta a literalidade das disposições editalícias ao pretender válidos os atestados técnicos apresentados.

Edital, item 9.11.1.3: Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.5, de 2017.

De sua redação evidencia-se que a expedição dos atestados, ou sucedem a conclusão do contrato ou devem ocorrer após um ano do início de sua execução.

Descabida a ilação pretendida, de que o decurso de prazo desenvolva-se entre o início da execução contratual e a data do certame.

Cumprir notar que o dispositivo do instrumento convocatório, atento à melhor técnica, está alicerçado em normativo oriundo da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, de idêntica redação.

A par da literalidade do texto, vale atentar para a mens legis, qual seja, a finalidade do preceito, que buscou afastar atestados emitidos prematuramente, antes do tomador dos serviços poder efetivamente conhecer os atributos, positivos ou negativos, do prestador contratado.

Nesse diapasão, apresentam-se despidos de credibilidade os atestados apresentados pela recorrente, emitidos, respectivamente, com 67 e 21 dias após iniciada a prestação dos serviços.

Não há exigência editalícia quanto ao registro de atestados no CREA, tampouco figurou como motivo na combatida desclassificação, tornando-se dispensável a análise da respectiva argumentação quanto à sua tempestividade.

Os procedimentos licitatórios não constituem ambiente propício para interpretações elaboradas ou extensivas, senão vinculação à simples literalidade do instrumento convocatório, particularmente quando esse se apresenta claro e inequívoco.

Do exposto, acolho integralmente as razões expendidas pela Pregoeira (doc.101), corroboradas pela Coordenadoria de Licitações e Secretaria da Administração, que adoto como fundamentação, para conhecer do recurso interposto pela empresa AREMAR MIX COMÉRCIO E MANUTENÇÕES EIRELI (doc.100), e, no mérito, negar-lhe provimento, com fulcro no inciso IV do art. 13 do Decreto n.º 10024/2019.

Retornem os autos à Secretaria da Administração para adoção das providências cabíveis, dando-se ciência desta

decisão, bem como das razões expendidas pela Pregoeira, às empresas interessadas.

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser
Diretor-Geral

Fechar